

PODER E GÊNERO EM GANDU, 1951- 1962: A TRAJETÓRIA DA VEREADORA CERES LIBÂNIO

SILVA, Adriana Oliveira da.

E-mail: dryoliveira@yahoo.com.br

As mudanças ocorridas no interior da disciplina história, notadamente a partir dos anos de 1970, promoveram não só uma reviravolta conceitual e metodológica como permitiram a ascensão de sujeitos múltiplos outrora relegados à marginalidade, entre eles, destacam-se as mulheres. Os estudos sobre mulheres e sobre as relações de gênero ganharam espaço, por questionar a idéia de sujeito único e hegemônico, centrado na figura masculina e por utilizarem os novos métodos propostos por esta Nova História.

Além disso, os estudos que propunham alçar a mulher à condição de sujeito e objeto da História também favoreceram a inserção de novas categorias de análise, como a de gênero¹, que por sua natureza relacional, permitiu entender homens e mulheres como sujeitos de múltiplas identidades sem perder de vista que a construção de masculino e feminino se dá a partir da relação entre eles.

Os estudos sobre mulheres questionavam as velhas abordagens de História Política que privilegiavam as ações públicas dos homens e limitavam-se a situar a mulher no espaço privado ou doméstico. Tais estudos revelaram que, ali, no âmbito privado, a condição da mulher nem sempre esteve associada à submissão e a obediência, e que, em muitos casos, as mulheres transportaram para a esfera pública comportamentos e atitudes já muito comuns no ambiente doméstico. Assim, a ação política não estaria restrita ao campo da institucionalidade, mas ultrapassaria a fronteira entre o público e o privado.²

A presença da mulher na esfera pública e no espaço da política se fez também no interior da Bahia, nas cidades de Ituberá e Gandu, onde a atuação de Ceres Libânio se

¹ A partir da década de 1980, foi divulgada a obra: “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, da historiadora norte-americana Joan Scott, que mudou essencialmente os estudos sobre mulheres, inclusive no Brasil a partir do final da década de 1980 e durante os anos de 1990.

² Sobre a reinterpretação do conceito de ‘ação política’ ver: GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Org.: Rachel Soihet, Maria B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

revelou como resultado da mescla entre transgressão e conservação da ordem patriarcal. Durante a primeira metade do século XX, a sociedade baiana esteve amparada numa estrutura tradicional de dominação, difundida nos diferentes setores através da família de modelo patriarcal, onde poucas oportunidades estavam abertas à mulher, com exceção dos casamentos e das tarefas de esposa e mãe.³

A sessão do Jornal *A Voz de Gandu* reservado à divulgação das idéias religiosas e intitulado *Voz da Igreja* anuncia no artigo *A Família Mandando Brasa* em novembro de 1966:

“Ao refletirmos sobre a família, de imediato deparamos em muitos elementos que integram a realidade Família: O Pai que substitui paternidade divina sobre a terra como chefe, protetor e provador de sua família. Assim como a Mãe que é o coração afetivo da família: o pai é a cabeça que se completa com o coração nos cuidados do bem estar corporal e espiritual das crianças. [...] Pois Deus deu dons diferentes ao homem e à mulher. Muitas qualidades masculinas de valor faltam à mulher e o contrário também se verifica. [...] O casamento está repleto de interesse em comum, do homem e da mulher os quais procuram completar-se e realizar-se, dando também a vida a novos seres”.⁴

Os papéis sociais e de gênero aparecem bem definidos no artigo que tem como principal referência a Bíblia e os costumes judaico-cristãos. Esses elementos serviam para justificar a idéia de que homens e mulheres deveriam cumprir obrigações distintas, ou que, existiriam tarefas masculinas e tarefas femininas e, provavelmente a política, por ser racional e menos afetiva, precisaria mais da cabeça do que do coração, logo poderia ser considerada e tratada como atividade hegemonicamente de homens.

O fundador e redator do Jornal, o senhor Orlando Pitágoras de Freitas, político e jornalista local que também publicou no início dos anos de 1980 um livro memorialístico intitulado *Resumo histórico: da antiga Corujão a atual Gandu*⁵. Freitas propõe fazer um resgate da história local a partir de sua chegada à região na década de 1940. Os protagonistas do “passado glorioso”, porém carregado de dificuldades, conforme a versão

³ COSTA, Ana Alice Alcântara.e BRANDÃO, Jaciara Sena. Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino no Contexto da Revolução de 1930. In: *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Org.: Alda Brito da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

⁴ A edição n.º 124 do Jornal “A Voz de Gandu” é a única cópia que se preservou intacta no arquivo pessoal do colecionador Roberto Baiardi, sobrinho e afilhado de Ceres Libânio.

⁵ FREITAS, Orlando Pitágoras de. *Resumo histórico: da antiga Corujão a atual Gandu*. Gandu: Loja Maçônica “Virtude e Amor”, 1981.

do autor, eram sempre homens, guerreiros, migrantes e fazendeiros que ingressaram na terra, desbravaram as matas e supostamente fizeram-na se desenvolver. No entanto, a distinção de papéis sociais e de gênero como a frequente imagem maternal da mulher também aparecem nessa obra, sobre isso o autor menciona:

“[...] e D. Perinha, esposa de Nestor, de quem era dedicada sub-escrivã, conduzindo os cantos da igreja, criando e educando filhos; D. Ceres Libânio, esposa de Durval, atuando na política e educando crianças; D. Filhinha, mulher de Leonel, socorrendo enfermos e amparando aflitos; D. Chiquinha, pioneira da instrução de nossas crianças, esposa do sargento Zeferino, preso em uma cadeira de rodas e ela vibrando de civismo, fosse em dia de festejo cívico ou na decisão turbulenta de um pleito eleitoral. Em Ibiá, D. Rosalina: prole imensa! Desconforto! Constantes apreensões! Na Bíblia a derradeira e única consolação . . . e assim todas as mulheres da época, buscando minorar o sofrimento dos necessitados, com a caridade própria do coração da mulher que nunca importa saber qual a origem da dor...”.

Na constituição da memória, não há imparcialidade nas lembranças que compõe o passado de uma sociedade. Ela é organizada de forma a privilegiar acontecimentos, personagens e lugares, seguindo o ponto de vista político do indivíduo ou do grupo que a compõe⁶. Nesse sentido, a memória oficial que encontramos consolidada na região cacauera foi operada a fim de enfatizar as ações políticas de fazendeiros e comerciantes locais, mas, apesar de parecer colocar a mulher em uma função secundária, como que vivendo à sombra de seus esposos, o autor salienta algumas atividades de cunho social, cultural e até político em que essas mulheres estiveram envolvidas. Isso nos dá uma dimensão da multiplicidade de intervenções que essas mulheres faziam dentro e fora de casa. Evidência disso, é o caso da atuação da vereadora Ceres Libânio que revela a inserção da mulher no campo da política institucional, espaço tradicionalmente masculino.

Vivendo numa sociedade onde a tradição política mais forte era a atuação dos “coronéis” dentro e fora das instituições, Ceres Libânio rompe com este ditame e se insere nesse espaço promovendo de alguma forma uma mudança dentro dessa estrutura de poder, afinal, era uma das poucas, talvez a única mulher naquele momento a atravessar a fronteira social imposta sobre a atuação feminina e adentrar à esfera política na região cacauera. No

⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricas*, FGV: Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

entanto, por pertencer a uma família oligárquica e, ao mesmo tempo, se diferenciar cultural e economicamente das mulheres das camadas populares, não se sabe até que ponto defendeu as principais demandas femininas. Ceres Libânio vivia e se integrava às atividades políticas ao passo em que defendia a família, a Igreja e os costumes.

Segundo Ana Alice Costa⁷, as mulheres da elite ligadas à intelectualidade e ao universo da política institucional não visavam romper com a estrutura social dominante, mas, ao contrário, fortaleciam e legitimavam a ordem burguesa, já que não questionavam as raízes de sua inferiorização e as relações de poder dentro da família. Para Rachel Soihet importa ressaltar que essas mulheres jogaram no terreno que não era o seu (De Certeau)⁸ e, portanto, agiram dando respostas ao seu tempo, marcando rupturas em meio aos preconceitos existentes na época. Ou seja, nas lutas por direitos civis e políticos muitas mulheres utilizaram táticas próprias de sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, como em muitos casos em que ratificaram os estereótipos de mãe e esposa dedicadas, sem perder de vista a saída ao espaço público para ter acesso à educação e a formação política. Assim, embora parecessem aceitar as diretrizes estabelecidas sobre sua condição, buscavam a ampliação de seu espaço de atuação social, quase impossível de outra forma⁹.

A reflexão de Rachel Soihet sobre o papel das mulheres engajadas nas lutas pela participação feminina no espaço público, nos permite compreender melhor a trajetória da vereadora Ceres Libânio nos municípios de Ituberá e Gandu, como uma mulher que ousou ingressar na esfera política, espaço marcadamente masculino, o que caracteriza uma ação de transgressão da ordem, mas, por outro lado, conservou elementos das práticas políticas dominantes ligadas à estrutura patriarcal.

Essa perspectiva nos dá pistas acerca do papel desenvolvido por Ceres Libânio antes e durante seu ingresso na vida política. Constam na Ata da Câmara de Vereadores de Gandu de 23 de maio de 1960, quando do seu ingresso na Câmara, alguns elogios de outros vereadores acerca de sua ‘personalidade’ e de seus trabalhos “feitos em prol dos

⁷ COSTA, Ana Alice Alcântara.e BRANDÃO, Jaciara Sena. Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino no Contexto da Revolução de 1930. In: Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Org.: Alda Brito da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

⁸ A autora cita Michel De Certeau, E. P. Thompson e Roger Chartier para afirmar que a representação imposta às mulheres foi muitas vezes usada como recurso contra a própria ordem que a produziu, na tentativa de subverter a relação de dominação.

⁹ SOIHET, Rachel. *Transgredindo e Conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz*. Labrys, Estudos Feministas, Brasília, n.1-2, s.p. jul.-dez. 2002.

desamparados da sorte” na localidade, além da satisfação em ter uma “Dona da sociedade” como membro efetivo da Casa.¹⁰ É possível notar que a vereadora já contava com uma imagem de benfeitora e senhora distinta da sociedade ganduense, o que lhe conferiu a aceitação dos políticos locais sobre sua atuação na Câmara. Além do mais, é possível também que a vereadora tenha usado dessa imagem como recurso ou tática (Soihet) para alicerçar sua entrada na política, bem como fundamentar e legitimar suas ações enquanto legisladora. Não raro assinava as Atas, ofícios e expedientes da Câmara como “Professora Ceres Libânio”, procurando sempre associar os atos e projetos à representação comum sobre sua figura.

Longe de demonstrar uma fragilidade real, esse fato revela que nem sempre as mulheres usavam dos instrumentos identificados à luta pela emancipação feminina, ao contrário, em muitos casos rejeitava-os em função da utilização de recursos já comuns no universo de atuação política dos homens, como a própria consolidação de imagens e estereótipos que lhes possibilitasse a confiança e a concordância da sociedade sobre suas conquistas, especialmente no que diz respeito à sua interferência no mundo da política institucional.

Por outro lado, essa perspectiva de análise sobre a atuação das mulheres e das relações de gênero, nos faz questionar até que ponto o patriarcalismo anula por completo a mulher. Isso significa que nem sempre e nem mesmo nas famílias de origem tradicional/oligárquica as mulheres assumiram os comportamentos que lhes era esperado, nem ficaram à sombra dos maridos. A experiência da vereadora Ceres Libânio revela que, ao contrário do que defende Maria Ângela D’Incao,¹¹ muitas mulheres da elite não se restringiram a representar um capital simbólico para a exposição da autoridade familiar de seus esposos, mas ousaram elas mesmas atuarem nos espaços públicos, conforme ressalta a historiadora baiana Márcia Maria da Silva Barreiros Leite ao analisar crônicas, jornais e outros periódicos do início do século XX. A autora destaca:

“[...] De acordo com a sua posição social, elas foram chamadas a exercerem papéis variados, deixando de ser meras espectadoras e coadjuvantes da história,

¹⁰ ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Gandu. Livro de Ata da Câmara Municipal (1959-1963).

¹¹ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: *História das Mulheres no Brasil*. Org.: Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 2006.

e criando sociabilidades próprias em seus grupos de origem. Sendo assim, o meio público se constituiu num cenário privilegiado para acompanharmos as transformações das atitudes e condutas femininas, bem como, para percebermos a redefinição dos valores da tradicional sociedade soteropolitana”.¹²

A atuação política de Ceres Libânio também fora marcada por uma ambigüidade entre transgressão e conservação da ordem dominante. Exemplo de que como essas características conviviam na sua vida pública foi a relação tensa e conflituosa que estabeleceu com as prostitutas da Boate Anjo Negro ao aprovar a medida de proibi-las de passar durante o dia na rua onde funcionava a Boate, pois ali também estava instalada uma escola pública municipal com trânsito frequente de crianças e adolescentes. Essa realidade evidencia que a conduta elitizada e machista da vereadora Ceres Libânio apenas reflete que o patriarcalismo como constructo mental perpassa e contamina toda a sociedade, e nem mesmo as mulheres estão imunes às influências dessa estrutura de poder baseada no ideal de moralidade da família burguesa e na dominação masculina¹³.

É possível que suas ações e discursos estivessem carregados dos valores ligados aos costumes do setor social a qual pertencia. Sua preocupação com as questões morais e cívicas, por exemplo, se expressou nos projetos de lei que encaminhava à aprovação nas Câmaras de Ituberá e Gandu. Em 1951 na Câmara de Ituberá apresentou um Projeto de Lei que criava o cargo de Inspetor de Ensino Municipal¹⁴. E em 1960 levou à discussão na Câmara de Gandu um Projeto de Lei de sua autoria que tornava obrigatório o canto do hino da Independência do estado da Bahia e a saudação às Bandeiras Nacional e Estadual em todas as escolas municipais¹⁵. Isso nos levar a inferir que Ceres Libânio acreditava num modelo de educação amparado em valores nacionalistas e, que, de alguma forma, impunham disciplina e controle sobre os estudantes.

Mais uma vez, nota-se que a atuação política da vereadora Ceres Libânio esteve também permeada por valores e idéias já bem consolidados na sociedade burguesa e machista. A trajetória política dessa personagem nos leva a compreender melhor como no

¹² LEITE, Márcia M. S. B. Socialização feminina: cultura e lazer de elite em Salvador na Primeira República. In: *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: UFBA, NEIM, 1998.

¹³ SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹⁴ ACVMI – Arquivo da Câmara de Vereadores do Município de Ituberá, Livro de Ata - 1951.

¹⁵ ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Gandu. Livro de Ata da Câmara Municipal (1959-1963).

universo das experiências sociais interagem relações ora harmônicas ora conflituosas entre uma conduta feminista e outra patriarcal. E nos faz perceber que a atuação na esfera pública decorre muitas vezes das influências dos valores concebidos no âmbito privado.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Alice Alcântara.e BRANDÃO, Jaciara Sena. Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino no Contexto da Revolução de 1930. In: Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Org.: Alda Brito da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORI, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FREITAS, Orlando Pitágoras de. **Resumo histórico**: da antiga Corujão a atual Gandu. Gandu: Loja Maçônica “Virtude e Amor”, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

LEITE, Márcia M. S. B. Socialização feminina: cultura e lazer de elite em Salvador na Primeira República. In: **Metamorfoses**: gênero na perspectiva interdisciplinar. Salvador: UFBA, NEIM, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, FGV: Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOIHET, Rachel. Transgredindo e Conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. In: *Labrys, Estudos Feministas*, Brasília, n.1-2, S.P. jul.-dez. 2002.